



PROJETO BÁSICO

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 07/2019

(Processo Administrativo nº: 23170.004062.2019-52)

1. OBJETO

1.1. O presente projeto básico tem como objetivo a aquisição de um Carro Escalador de Escadas, a fim de ser utilizado por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, enquadradas na Lei Federal nº 10.098/00 e suas alterações posteriores, por cotação eletrônica, no âmbito do Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo, nas especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Projeto Básico:

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

| Item | Descrição | Unidade | Quant. (Unid) | Valor Unitário Estimado | Valor Total Estimado |
|------|--|---------|------------------|-------------------------------|----------------------------|
| 01 | <p>Carro escalador para pessoas portadoras de necessidades específicas.</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">-Unidade de movimento com duas esteiras rolantes de borracha.-Capacidade de carga total é de 150 kg em escadas com ângulo até 35º de inclinação e altura máxima do degrau de 18 centímetros.-Tração a motor elétrico, apoiado sobre rodas e correias dentadas do tipo esteiras, alimentado por bateria recarregável.-Dimensões de aproximadamente 104 cm de comprimento por 67 cm de largura e 105 cm altura da Haste.-Indicador de carga da bateria.-Autonomia de subida superior a 30 minutos ou 450 degraus com apenas uma carga na bateria.-Autonomia de subida superior a 30 minutos ou 450 degraus com apenas uma carga na bateria.-Botão STOP de emergência.-Freio eletromagnético.-Reconhecimento automático de inclinação da cadeira de rodas. | Unidade | 1 | R\$ 17.300,00 | R\$ 17.300,00 |

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | -Garantia de 1 ano motor e placa e 6 meses bateria. Assistência técnica e peças no território brasileiro. -Bateria 24V recarregável bivolt. | | | |
|--|---|--|--|--|

2.1. A contratação será formalizada pela emissão de Nota de Empenho, que será comunicada à Contratada.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição do Carro Elevador de Escadas faz-se necessária para proporcionar amplo acesso as edificações do IFPB-Campus Cabedelo, tanto pelos usuários do serviço público quanto pelos servidores que por ventura tenham a mobilidade comprometida.

3.2. O Estatuto deste Instituto Federal da Paraíba estabelece em seu art. 3º diretrizes no que diz respeito à acessibilidade:

Art. 3º - O Instituto Federal da Paraíba, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

I - compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, conservação e preservação do meio ambiente, transparéncia e gestão democrática;

(...)

IV - compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, em conformidade com a legislação brasileira de inclusão da pessoa com deficiência;

(...)

Art. 50 - Compete à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

(...)

III - promover, coordenar e executar programas políticos para os estudantes com deficiências educativas, físicas, psíquicas ou motoras, visando à igualdade de acesso, permanência e conclusão do curso;

3.3. Tendo em vista a necessidade de aquisição do presente material, conforme justificativa supracitada, e que seu valor não excede R\$ 17.600,00, decidiu-se pela adoção preferencial da contratação por meio da compra direta, conforme prevê o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

3.4. Será utilizada a Cotação Eletrônica nos Termos da Portaria nº 306 de 13 de dezembro de 2001, conforme comunicação da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia acostada aos autos, até que o sistema de Dispensa Eletrônica, disciplinado pelo Decreto nº 10.024, de 2019, seja implementado.

3.5. Salienta-se que há disponibilidade orçamentária para a aquisição, conforme pré-empenho acostado aos autos.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETIVO

4.1. A contratada deverá entregar o Carro Escalador de Escadas, sob suas expensas, de acordo com o oferecido em sua proposta e em absoluta conformidade com as exigências contidas neste projeto básico, no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do dia seguinte ao recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço: IFPB – Campus Cabedelo, Rua Santa Rita de Cássia, nº 1900, Jardim Camboinha, Cabedelo-PB, CEP: 58103-772, nos dias úteis, das 10:00h às 16:00h de segunda- feira à sexta-feira.

4.2. O Carro Escalador de Escadas será recebido pelo (a) responsável pelo Patrimônio, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

4.3. O Carro Escalador de Escadas poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituído no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8. PORPOSTA COMERCIAL

8.1. A Proposta Comercial necessariamente deverá atender a todos os requisitos abaixo:

8.1.1. Conter a descrição (fabricante, marca, modelo, etc.) detalhada dos produtos propostos;

8.1.2. Conter declaração comprobatória com relação ao prazo de entrega dos produtos conforme disposto no item 4 deste Projeto Básico.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste Projeto Básico;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico;

9.2.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2.7 Permitir o acesso de pessoal autorizado da CONTRATADA para entrega do material e realização do serviço;

9.2.8 Aplicar à CONTRATADA, garantida ampla defesa, as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa, dentre elas a regularidade no SICAF;

11. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado pelo IFPB, em moeda nacional, mediante Ordem Bancária, e ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento definitiva e devidamente atestada pelo responsável (servidor do IFPB), observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade do cadastramento no SICAF.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexequar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.1.6. não mantiver a proposta.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.4. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.5. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.6. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.7. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.8. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

12.2.9. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.10. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada resarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 12.3.4. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.3.5. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.3.6. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Aprovo o presente Projeto Básico nos termos do inciso I, do § 2º, do artigo 7º, da Lei 8.666/93.

Cabedelo, 05 de novembro de 2019.

Mario Jorge da Silva Rachman
Diretor de Administração, Planejamento e Finanças
IFPB – Campus Cabedelo

Lício Romero Costa
Diretor Geral
IFPB – Campus Cabedelo